

O JORNALISMO LITERÁRIO DE CAMINHA E GÂDAVO: PRECISÃO E SUBJETIVIDADE NAS PRIMEIRAS NARRATIVAS SOBRE O BRASIL

The literary journalism of caminha and gandavo: Precision and subjectivity in the first narratives about Brazil

Juan Domingues

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Brasil)

Quando podemos identificar as primeiras práticas do jornalismo literário no Brasil? Esta pergunta se transformou em um norte para o projeto de pesquisa que desenvolvo desde o final de 2014 na Escola de Comunicação, Artes e Design Famecos, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no Brasil. A pesquisa busca encontrar indícios remotos do Jornalismo Literário Brasileiro. Fruto dos primeiros levantamentos e das leituras iniciais, este artigo pretende desbravar o trajeto percorrido por este gênero do jornalismo. Embora a viagem deste pesquisador esteja apenas começando, a bússola aponta para as narrativas ligadas ao Descobrimento do Brasil como os textos fundadores do jornalismo literário nacional, com destaque para as narrativas de Pero Vaz de Caminha e Pero de Magalhães Gândavo.

Palavras-chave

Jornalismo, jornalismo literário, narrativas, Brasil, Caminha, Gândavo

When can we identify the first practices of literary journalism in Brazil? This question has become a focus for the research project that I have been developing since the end of 2014 at the School of Communication, Arts and Design of the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS) in Brazil. The research seeks to find remote indications of Brazilian Literary Journalism. As a result of the first surveys and the initial readings, this article intends to explore the path taken by this genre of journalism. Although this researcher's journey is just beginning, the compass points to the narratives linked to the Brazilian Discovery as the founding texts of national literary journalism with emphasis on the narratives of Pero Vaz de Caminha and Pero de Magalhães Gândavo.

Keywords

Journalism, Literary Journalism, Narratives, Brazil, Caminha, Gândavo

Quando podemos identificar as primeiras práticas do jornalismo literário no Brasil? Esta pergunta se transformou em um norte para o projeto de pesquisa que desenvolvo desde o final de 2014 na Escola de Comunicação, Artes e Design FAMECOS, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), no Brasil. A pesquisa busca encontrar indícios remotos do Jornalismo Literário Brasileiro. Fruto dos primeiros levantamentos e das leituras iniciais, este artigo pretende desbravar o trajeto percorrido por este gênero do jornalismo. Embora a viagem deste pesquisador esteja apenas começando, a bússola aponta para as narrativas ligadas ao Descobrimento do Brasil como os textos fundadores do jornalismo literário nacional.

Antes de avançar na direção proposta por este texto, é necessário tratar, ainda que de forma breve, das questões que envolvem as características e os elementos essenciais do jornalismo literário e sua narrativa, como estão consolidados hoje. Jornalismo e literatura já foram disciplinas do mesmo universo, até que preceitos próprios de cada campo estabeleceram a divisão das áreas. Por vezes, no entanto, os gêneros percorrem caminhos imbricados no texto, graças à narrativa. A literatura se ocupa da fantasia, da criação, da invenção, da ficção. Não se exige da literatura a verdade que se exige do jornalismo. «A literatura não é um discurso que possa ou deva ser falso [...] é um discurso que, precisamente, não pode ser submetido a teste de verdade; ela não é nem verdadeira nem falsa: é isso que define seu próprio status de ficção» (Hutcheon, 1988, p. 146).

Diferentemente da ficção narrativa, que integra o campo da literatura e explicitamente conduz o leitor pelos caminhos da fantasia de uma história imaginária, o texto jornalístico está assentado sobre noções de outra ordem. Este artigo procura traçar paralelos, descobrir atalhos, identificar semelhanças, aproximações e distanciamentos entre os textos na literatura e no jornalismo, que carregam, cada um, regras e crenças que servem como balizadores aos que atuam – e aos que consomem textos de um e de outro – nesses campos. O pensamento jornalístico tem como estatuto consolidado a pretensão de que é possível, a partir da organização dos fatos em produção textual, acompanhar o desdobramento da vida cotidiana. De realizar, no texto, a descrição dos acontecimentos o mais próximo de como eles ocorreram.

Para Traquina (2005), existe um acordo tácito entre o jornalista e o leitor/ouvinte/telespectador que torna possível dar credibilidade ao jornalismo. Ele salienta que o jornalismo leva certa vantagem em relação à literatura por uma razão simples: «[...] A notícia, isto é, os acontecimentos ou perso-

nagens das notícias, não são invenção dos jornalistas» (Traquina, 2005, p. 20). Traquina critica, de forma contundente, a possibilidade de a notícia sofrer alteração a partir da proximidade da narrativa jornalística com a base da ficção narrativa da literatura. «A transgressão da fronteira entre realidade e ficção é um dos maiores pecados da profissão de jornalista» (Traquina, 2005, p. 20).

Na mesma linha teórica, Melo (2006) lembra que o próprio estatuto da objetividade jornalística encontra repouso na abordagem racional, contida, comedida, imperando o relato dos acontecimentos, isolado da opinião. «O jornalista não deve interferir na sua apresentação [...]. Suas inclinações pessoais não podem afetar a captação dos fatos e sua posterior narração» (Melo, 2006, p. 38). A objetividade jornalística, no entanto, também é relativizada. Clóvis Rossi (1980) não só desmistifica a relação objetividade-verdade, como é um crítico dela. «Entre o fato e a versão há a mediação de um jornalista que carrega consigo toda uma formação cultural, todo um background pessoal (Rossi, 1980, p. 7). Sem dúvida, esse trajeto é repleto de ingredientes subjetivos que podem ter influência sobre a construção textual e, conseqüentemente, sobre a construção da realidade. Ao trabalhar com as informações e os fatos, mas também com a observação e o subjetivismo da percepção pessoal acerca dos objetos de que irá se ocupar para escrever, o jornalista corre o risco de se aproximar de uma narrativa híbrida, misturando fato e versão, verdade e ficção.

O jornalismo nasceu no mundo da literatura, mesmo que os antigos não tivessem a noção de que faziam jornalismo. As primeiras produções textuais se estabeleceram sobre alicerces literários. Para Castro, o cruzamento do jornalismo com a literatura pode ser identificado na própria necessidade humana de contar, conversar, dissertar, mitificar. «Qual a graça de simplesmente contar uma história, informando o quê, quem, como, onde, quando e por quê?» (Castro, 2005, p. 81). Até hoje, o jornalismo lança mão de estratégias e recursos literários para dar conta de uma narrativa factual. Por isso, a grande reportagem, produção textual típica do jornalismo literário, parece caminhar sobre um fio de navalha que separa a essência do gênero: a apuração profunda dos fatos – o registro detalhado das pessoas, dos ambientes e do entorno que envolve o acontecimento com o objetivo de se chegar mais perto da verdade – e a inventividade da ficção, do romance.

Jornalismo e literatura provocam debates sobre o espaço de um e de outro há muitos anos. Olinto, por exemplo, lembra que o jornalismo é a literatura sob pressão (1970). Ele defende que a literatura pode estar presente no jornal. «Na informação, na reportagem, na entrevista» (Olinto, 1970, p. 19). No

entanto, segundo o autor, a produção jornalística deve levar em conta a realidade com a qual o repórter se depara. «Sua missão, função ou profissão é transmitir essa realidade a um grupo de pessoas, dando-lhes conta do que viu, do que ouviu, do que sentiu» (Olinto, 1970, p. 33). Ao tratar da relação entre jornalismo e literatura – jornalismo literário – Olinto também aborda uma questão fundamental no uso de recursos literários na construção de narrativas jornalísticas: a ficção. Neste sentido, ecoando Aristóteles, ele afirma que existem a realidade em ato (atual) e a realidade em potência (potencial). A ficção, para o autor, pode estar em ambas.

Seguindo a linha de raciocínio de Olinto, Lima (1969) argumenta que o jornalismo e a literatura não são apenas narrativas próximas, como o primeiro pode até mesmo ser um gênero da segunda. «Nessa concepção flexível, e não rígida, de gênero literário é que podemos incluir o jornalismo» (Lima, 1969, p. 18). Mas ele faz um alerta: «Não vejo como negar ao jornalismo seu cartão de entrada no recinto literário. Se considerarmos a literatura do ponto de vista estrito, como estética pura ou como ficção, então, sim, teremos de recusar sua admissão» (Lima, 1969, p. 22). Olinto e Lima entendem que a narrativa jornalística pode ser pensada como gênero literário. No entanto, ambos os autores admitem que o jornalismo, para não se afastar das características e dos preceitos de seu campo, precisa estar em consonância com a realidade dos fatos apurados e não apoiado sobre os pilares da ficção.

Ao se debruçar sobre as questões que envolvem o jornalismo, em geral, e o jornalismo literário, em particular, Castro (2005) define o último como «a conjunção de conhecimentos, saberes, técnicas e estilos narrativos desenvolvidos pela literatura que podem (e devem) estar a serviço das rotinas de produção jornalísticas» (Castro, 2005, p. 5). O autor amplia o conceito. Afirma que jornalismo literário é o jornalismo contextualizado com os vários campos do conhecimento humano. É, por isso mesmo, um tipo específico do fazer jornalístico que não exclui, em princípio, nenhum recurso metodológico ou narrativo: diálogos, perfis, contos, cordéis, entrevistas, poesias, pingue-pongues, crônicas, matérias informativas convencionais, relatos na primeira pessoa, notinhas, cartas, ensaios, artigos, fragmentos, tudo ou quase tudo é permitido desde que se saiba usar com talento, engenho e bom senso.

Buscando dar conta de uma narrativa tão diversa, Castro utiliza o termo *Literatura de Complexidade* para definir essa forma de tratamento da escrita, situada em níveis distintos. «É complexo porque lida simultaneamente na escritura com o real e o irreal, o falso e o verdadeiro, o ficcional e o não ficcional em seus caracteres relacionais, dialógicos e produtores de conhecimento» (Castro, 2005, p. 8).

Dentro desta ordem de ideias convém dizer também que o que está em discussão, no jornalismo literário, é a própria noção de informação, que amplia o seu espectro, deixando de ser «matematizada – o máximo de informação no mínimo espaço – para ser multifocal e complexa – possibilidades múltiplas; diversidade na unidade e economia da informação unida à beleza da expressão» (Castro, 2005, p. 8).

Diferentes autores de épocas igualmente distintas pensam que estratégias e práticas da literatura e do jornalismo podem conviver em harmonia. Mas também parece claro que os teóricos apontados até aqui concordam que o jornalismo não pode se entregar totalmente à estética literária, sob pena de oferecer ao leitor uma narrativa fantasiosa, ficcional. Utilizando a expressão «império dos fatos» para designar um dos princípios básicos do jornalismo, Cosson afirma que esse império é «construído [...] pela obediência ao acontecido e por essa passagem pela teia da factualidade» (Cosson, 2005, p. 57). E salienta, assim como outros autores já o fizeram, que, ao contrário do jornalismo, a literatura não tem a preocupação com os fatos e suas verdades. Não quer dizer que o mundo seja a menor das preocupações literárias. Ao contrário. A literatura está sempre dizendo o mundo, mas ao dizê-lo, o constrói segundo a sua semelhança. «Trata-se da apropriação ficcional da realidade que é, obviamente, diferente da apropriação factual demandada pelo jornalismo» (Cosson, 2005, p. 58).

Esta diferença entre literatura e jornalismo leva em conta que a primeira se ocupa da ficção até mesmo para descrever fatos concretos, que depois são trabalhados textualmente para se tornar uma história fictícia. Mas o jornalismo tem essa espécie de contrato invisível com o leitor, segundo o qual tudo o que fizer parte de seu texto tem conexão com a verdade, com a realidade, rejeitando, portanto, a criação e a invenção. Nessa trama em que estão metidas a prática jornalística e a criação literária, o termo verossimilhança também aparece. Para Silva (2010), o jornalismo, como construção de texto, precisa falar do verdadeiro, sem falsidade, mas com *verossimilhança*. Talvez o grande nó a ser desatado é como narrar um acontecimento, uma história.

A relação entre jornalismo e literatura é o que Resende chama de «encontro das águas», uma construção textual capaz de unir a ficção e a fantasia da literatura com a objetividade informativa e a factualidade do jornalismo. Resende lança uma ideia que esta pesquisa não irá desprezar: «ficcionalizar o discurso que supostamente ocupa o lugar da verdade não difere de tirar da ficção aspectos que possam recompor o mundo real» (Resende, 2002, p. 111). A frase de Resende é inspiradora e

lança luz sobre este artigo. Os relatos dos navegadores do período do descobrimento do Brasil, por vezes, parecem literatura, aventura de ficção. Em outros momentos, são informativos e precisos, como se exige das narrativas jornalísticas.

Em meados do século XV, Portugal vivia um ambiente de epopeia. Os numerosos textos relativos às viagens ultramarinas são impressos em latim, alemão, italiano, francês e holandês. As narrativas se tornam obras obrigatórias para os comentadores dos geógrafos e dos historiadores da Antiguidade (Guirado, 2001). A circulação dessas informações vai, paulatinamente, formando uma «memória coletiva textual, que servirá de base e disseminação da modernidade na formação/invenção de novos mundos possíveis ou de novos modos possíveis de habitar o mundo» (Guirado, 2001, p. 31). O século XV é também considerado por Guirado como o início da difusão da leitura, tendo como ponto de partida a impressão de histórias de cavalaria, «livros que relatam feitos de heróis cavaleiros em estranhas terras encantadas cheias de monstros e criaturas extraordinárias» (Guirado, 2001, p. 35). Se os livros de aventura e cavalaria eram obras da preferência de boa parte dos leitores, na mesma época, a literatura que tratava de temas relacionados a viagens ao desconhecido também ganhava espaço.

A literatura chamada de viagens solidarizava o real e o imaginário em igual proporção apresentando um «imago mundi» tradicional e de fundo teológico, ainda imaculado pela tensão dialética que seria criada pelas novas realidade geográficas e etnológicas, que viriam a ser comprovadas/representadas pelas notícias colhidas pela experiência da visão. (Guirado, 2001, p. 35).

A partir de 1500, esse tipo de narrativa passou a aguçar ainda mais a curiosidade de conquistadores e daqueles que sonhavam em se tornar um deles. «Os relatos aparentemente autênticos de lugares fantásticos fizeram com que os conquistadores do novo mundo desejassem ardentemente descobrir as realidades que se descreviam e tomar posse delas» (Guirado, 2001, p. 35). Ao analisar os relatos dos navegadores portugueses, Guirado estabelece uma hierarquia daqueles textos a) os que impulsionaram o desejo da descoberta; b) os que acompanharam os viajantes; e, por fim, c) os produzidos durante as viagens do descobrimento.

As novelas e as histórias fantasiosas de cavalaria e aventura se mantiveram vivas nas mentes dos navegadores quando eles mesmos decidiram escrever seus próprios relatos. Os livros lidos pelos conquistadores, enquanto viajavam por quatro, seis meses, em alto mar, «funcionam como espíritos (signos) criadores que jogam um papel silencioso, mas não inteiramente

passivo no desenvolvimento dos acontecimentos do primeiro ato no drama da europeização do mundo (Leonard, 1996, p. 9). No âmbito do jornalismo, Sousa (2013) lembra que as primeiras publicações deste tipo editadas em Portugal tratavam «da vida na corte, ocorrências insólitas, batalhas, descobertas ou – num gênero que fez sucesso – naufrágios» (Sousa, 2013, p. 14).

Os primeiros textos das viagens ainda refletem, na forma ou no conteúdo, algumas lembranças medievais das novelas de cavalaria. Conforme explica Finazzi-Agro (1993, p. 16): a busca do Santo Graal, as lendas do Rei Artur e de seus cavaleiros da Távola Redonda, as cruzadas e todo o movimento de cristianização estavam enraizados na memória coletiva dos navegantes-descobridores. A palavra «busca», que tantas vezes estará relacionada com a palavra «descobrimento», é tradução portuguesa do francês antigo «queste», que na novelística cortês designava o itinerário heróico do cavaleiro, a sua trabalhosa procura duma harmonia – sentimental, social, religiosa – perdida (Guirado, 2001, p. 42).

Para dar conta da proposta deste artigo, foram escolhidos apenas um trecho da carta de Pero Vaz de Caminha, quando do *achamento*¹ do Brasil, e outro que integra o tratado de Pero de Magalhães Gândavo, que pretende ser a primeira história do Brasil. Os trechos serão analisados com o objetivo de identificar elementos do jornalismo, em geral, e do jornalismo literário, em particular. É evidente que Caminha e Gândavo não tinham consciência de que seus textos poderiam servir ao jornalismo. Muito menos ao jornalismo literário. No entanto, cabe ao pesquisador, pesquisar. Em ambos os relatos, é possível perceber, nas narrativas, a intenção de informar. Como uma notícia, um texto do jornalismo diário, Caminha e Gândavo são, muitas vezes, criteriosos e precisos.

Em outras, navegam nas águas da narrativa literária. Fornecem números, quantidades e localizações absolutamente precisas ao leitor. É nítido, no entanto, que Caminha demonstra, em sua carta, grande deslumbramento com a terra que acabava de conhecer, um mundo absolutamente novo. Gândavo, por sua vez, apresenta o que Guirado considera um tratado, um texto com informações mais aprofundadas sobre as pessoas, a fauna e a flora, numa espécie de reportagem especial sobre os primeiros anos da colônia. Mais que isso, as passagens em análise neste artigo vão, claramente, além da descrição do fato, como no

¹Especialistas têm utilizado o termo «achamento», em vez de «descobrimento», uma vez que existe a possibilidade de que outros navegadores tenham estado no Brasil antes de Pedro Álvares Cabral, embora também não haja comprovação disso. Mas caso isso tenha ocorrido, a «descoberta» desta terra não caberia, portanto, a este navegador português.

jornalismo objetivo. Direcionam-se à grande reportagem e, por extensão, ao jornalismo literário, cuja função é mais que informar. É ampliar o volume de informações, aprofundar a investigação para dar ao leitor uma melhor compreensão do acontecimento, estabelecer relações com outros fatos, ajudar quem lê, interpretar o ocorrido. A missão do repórter, ao escrever um texto longo é, por meio de sua narrativa, levar o leitor pela mão e colocá-lo na cena dos acontecimentos.

O primeiro trecho a ser analisado aqui é parte da carta de Pero Vaz de Caminha, que teria sido, de acordo com Guirado (2001), o primeiro *repórter* da história do Brasil, já que ele narra, com detalhes, a saga dos navegadores desde a saída de Lisboa até o dia do *achamento*, «porque seu texto engloba, de algum modo, os conceitos de clareza, objetividade, veracidade e atualidade, além de respeitar a cadência evolutiva dos acontecimentos, próprios da prática jornalística» (Guirado, 2001, p. 254).

A prática jornalística citada por Guirado é reforçada por Sousa ao lembrar que os relatos noticiosos levam sempre em conta ingredientes como «a pessoa, o objeto, o local, o tempo, o modo e a causa, ou seja, “quem?”, “o quê?”, “onde?”, “quando”, “por quê?” e “como?” (Sousa, 2013, p. 21). O autor se refere ao estabelecimento do *lead* (lide, em português), consolidado pela imprensa dos Estados Unidos. O lide, primeiro parágrafo das matérias, exige respostas para essas perguntas como forma de esclarecer, de forma objetiva, o acontecimento ao leitor. Mesmo que não tenha escrito com esse propósito, a carta de Caminha é clara no uso dos elementos do lide, como no trecho abaixo.

E assim seguimos nosso caminho, por este mar, de longo, até que, terça-feira das Oitavas de Páscoa, que foram 21 dias de abril, estando da dita Ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos diziam, topamos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas, a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que dão o nome de rabo-de-asno. E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos. Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos: ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz. Mandou lançar o prumo. Acharam vinte e cinco braças; e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças – ancoragem limpa. Ali permanecemos toda aquela noite. E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos em diretos à terra, indo os navios pequenos diante, por dezessete, dezesseis, quinze, catorze, treze, doze, dez e nove braças, até meia légua da terra, onde todos lançamos âncoras em frente à boca de um rio. E chega-

ramos a esta ancoragem às dez horas pouco mais ou menos. (Caminha, 1963).

Logo no começo da carta, Caminha faz, segundo Guirado, roteiros cuidadosos. Primeiro, Caminha informa, apoiando-se no depoimento de fontes, – uma prática rotineira do jornalista: «[...] estando da dita ilha obra de 660 ou 670 léguas, segundo os pilotos». Como no jornalismo, ele é preciso ao afirmar que «acharam vinte e cinco braças, e ao sol posto, obra de seis léguas da terra, surgimos âncoras, em dezenove braças». Além de informar, Caminha também oferece ao leitor uma descrição detalhada da cena que está presenciando, uma estratégia essencial do jornalismo literário. «E quarta-feira seguinte, pela manhã, topamos aves a que chamam fura-buxos. Neste dia, a horas de véspera, havemos vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas» (Caminha, 1963). «O resultado alcançado por Caminha é a produção de um texto-reportagem que supera o conceito de relato de viagem ou de diário de navegação (Guirado, 2001, p. 255).

O outro trecho a ser analisado aqui é de Pero de Magalhães de Gândavo e circula mais de 70 anos depois da carta de Caminha. A edição original de *A Primeira História do Brasil: história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil* é de 1576. A abertura do capítulo 2, em que descreve o sítio e as qualidades desta província, une a precisão exigida dos textos jornalísticos e o subjetivismo das estratégias do jornalismo literário, que envolvem o leitor como se estivesse lendo um romance.

Esta província de Santa Cruz está situada naquela grande América, uma das quatro partes do mundo. Dista o seu princípio dois graus da equinocial² para a banda do sul e daí se vai estendendo para o mesmo sul até quarenta e cinco graus, de maneira que parte dela fica situada abaixo da zona tórrida, e parte abaixo da temperada. Está formada esta província à maneira de uma harpa. A costa pela banda do norte corre do Oriente ao Ocidente e está olhando diretamente a equinocial. Pela banda do sul confina com outras províncias da mesma América, povoadas e possuídas por povo gentílico, com que ainda não temos comunicação. Pela do oriente confina com o mar oceano África e olha diretamente os reinos do Congo e Angola até o cabo da Boa Esperança, que é seu opósito³. E pela do ocidente, confina com as altíssimas serras dos Andes e faldas do Peru, as quais são tão soberbas sobre a terra que se diz terem as aves trabalho em as passar. E até hoje um só caminho foi achado pelos que vêm do Peru a esta província, e este é tão agreste, que ao pas-

²A linha do Equador.

³O autor manteve a citação do texto original.

sá-lo perecem algumas pessoas, caindo do estreito caminho, e vão parar os corpos mortos tão longe dos vivos, que nunca mais os vêem, e nem podem, ainda que queiram, dar-lhes sepultura. (Gândavo, 2004, pp. 48-49).

A pequena passagem que abre o segundo capítulo da obra de Gândavo oferece ao leitor, como um repórter em seu ofício, informações precisas sobre a localização do Brasil. Novamente, os elementos do lide apontados estão presentes aqui. Gândavo, como sugere Sousa, busca o relato informativo, respondendo algumas das perguntas previstas no lide. Ao mesmo tempo, trilha o caminho da subjetividade do jornalismo literário, ao dizer que «está formada esta província à maneira de uma harpa». Trata-se de uma comparação subjetiva, uma estratégia de linguagem aos moldes das ferramentas empregadas pela literatura, que busca, na relação com outros fatos ou objetos, lançar luz sobre o que quer dizer e, assim, deixar claro ao leitor essa intenção.

Na segunda metade do texto, Gândavo repete a forma narrativa. Primeiro, destaca a informação, ao afirmar que «pela do oriente confina com o mar oceano Áfrico e olha diretamente os reinos do Congo e Angola até o cabo da Boa Esperança, que é seu opósito» (Gândavo, 2004, p. 49). Em seguida, informa, com subjetividade e observação pessoal, quando descreve que apenas um caminho foi achado pelos que vêm do Peru ao Brasil, um caminho agreste e perigoso: «ao passá-lo perecem algumas pessoas, caindo do estreito caminho, e vão parar os corpos mortos tão longe dos vivos, que nunca mais os vêem, e nem podem, ainda que queiram, dar-lhes sepultura» (Gândavo, 2004, p. 49). Guirado compara o tratado de Gândavo a um livro-reportagem que, segundo Lima Cruz (1993), contribui para que o leitor conquiste uma compreensão ampliada da contemporaneidade, na medida em que não fica limitado aos fatos isolados. O livro-reportagem é uma publicação típica para os longos textos do jornalismo literário.

A linguagem jornalística está lá (no livro-reportagem). O repórter esteve lá. Por isso, poder-se-ia tratar por livro-reportagem também o Tratado e sua posterior transformação em História. Não há dúvidas de que Gândavo pretendeu transcender os fatos e encontrar os liames de ligações entre eles, embora o faça com lupas quinhentistas (Guirado, 2001, p. 283).

De fato, mesmo com a visão quinhentista, Gândavo parece ter conseguido pensar o evento em todas as suas tramas, a partir da distância temporal necessária. A linguagem de Gândavo, afirma Guirado (2001), é simples e sofisticada, o que resulta em uma «maior proximidade com a ideal linguagem jornalística que, baseada neste princípio, teria

como objetivo alcançar o maior número possível de leitores». (Guirado, 2001, p. 280).

Considerações finais

Está claro para este pesquisador, que o tema aqui tratado precisa de grande aprofundamento e que isso não foi possível por conta do espaço proposto para este artigo. No entanto, apesar de breve, este texto atinge seu objetivo, que é o de lançar as primeiras linhas sobre o que pretendo venha a ser uma Antologia do Jornalismo Literário Brasileiro, trajetória do gênero desde seus primeiros passos, no século XV, até os dias atuais, em nosso território.

A carta de Caminha e o tratado de Gândavo exigirão deste pesquisador, obviamente, análises mais sólidas e profundas. Mas os pequenos trechos, extraídos de suas narrativas, e colocados aqui sob análise, já nos oferecem indícios de que estamos no caminho certo. Balizada por autores como Guirado, que tem uma obra valiosa sobre os relatos do *achamento*, que ela chama de *primeiras reportagens* do Brasil, os textos de Caminha e Gândavo apontam para uma construção textual que se assemelha muito ao jornalismo diário e ao jornalismo literário.

A carta e o tratado estão repletos de informações importantes e precisas para o leitor. Os respectivos autores se empenharam em oferecer os fatos de forma objetiva e em ordem cronológica, o que facilita em grande medida a compreensão do leitor. Mas, ao mesmo tempo, Caminha e Gândavo também avançam na direção de uma narrativa subjetiva e detalhada, capaz de fazer com que o leitor se insira na cena que está sendo relatada. Esta estratégia é típica de uma construção textual mais aprofundada, como requer o jornalismo literário.

Pode-se supor que os primeiros fenômenos jornalísticos em lusa-língua, possam estar enredados à experiência marítima dos descobrimentos, como acredita Guirado (2001). Isso porque o momento histórico foi fundamental para o aumento da circulação de informações acerca dos feitos portugueses e também para o que Guirado denomina de alargamento do campo de observações científicas e culturais que agitam o século XVI.

Levando em consideração que o jornalismo literário brasileiro tenha nascido com os relatos do *achamento* e dos primeiros anos de colonização do Brasil, como de fato parece fazer sentido neste momento, é razoável fazer uma reflexão inevitável: talvez o jornalismo literário no Brasil tenha nascido mais ficcional do que factual, mais literatura do que jornalismo. Talvez nunca se tenha certeza sobre isso. No jornalismo literário, a relação entre ficção e verdade se estabelece como um debate permanente. Na disciplina de «jornalismo literário», que leciono na

PUCRS, essa é uma discussão sempre trazida pelos alunos. Nos encontros anuais da Associação Internacional de Estudos em Jornalismo Literário (IALJS), da qual sou membro, ficção e realidade aparecem rotineiramente nos artigos apresentados e é tópico frequente de debates.

Embora seja uma preocupação permanente entre estudantes e pesquisadores do jornalismo literário, este artigo, em particular, e a pesquisa, como um todo, busca as origens do gênero no Brasil e o seu desenvolvimento até o século XXI. Aqui, portanto, o que importa, neste momento, é que Caminha e Gândavo construíram narrativas que pretendiam contar história verdadeiras. Para isso, se apoiaram, mesmo que de forma inconsciente, no conjunto de perguntas que qualquer jornalista faz antes de começar a produzir um texto: O que aconteceu? Onde? Quando? Quem esteve envolvido no fato? Como e por quê? No caso de Jornalismo Literário, embora as quatro perguntas sejam importantes do ponto de vista da apuração dos acontecimentos, é essencial buscar respostas para *como* e *por que* os fatos ocorreram. Por uma razão simples: contar boas histórias vai além de informar o leitores sobre localização, data e personagem. Para contar boas histórias é preciso cruzar os limites da superfícies e mergulhar nos acontecimentos e na vida de seus personagens.

Fontes e bibliografia

Bulhões, Marcelo (2007): *Jornalismo e literatura em convergência*. São Paulo: Ática.
Caminha, Pero Vaz de (1963): *Carta a el Rei D. Manuel*. São Paulo: Dominus.
Castro, Gustavo de, e Galeno, Alex (2005): *Jornalismo e literatura: A sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras.

Cosson, Rildo (2005): «Romance-reportagem: o império contaminado», in *Jornalismo e literatura: A sedução da palavra*. São Paulo: Escrituras.
Finazzi-Agró, Ettore (1993): «Ir algures – A delimitação do ilimitado na literatura de viagens dos sécs. XV e XVI», *Viajar é descobrir*, Revista Novembro. Grupo de Trabalho do Ministério da Educação/Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
Gândavo, Pero de Magalhães (2004): *A primeira história do Brasil: A história da Província de Santa Cruz a que vulgarmente chamamos Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar.
Guirado, Maria Cecília (2001): *Relatos do Descobrimento do Brasil: As primeiras reportagens*. Lisboa: Piaget.
Hutcheon, Linda (1988): *Poética do Pós-Modernismo: História, teoria e ficção*. Rio de Janeiro: Imago.
Leonard, Irving A. (1996): *Los libros del conquistador*. México: Fondo de Cultura Económica.
Lima, Alceu Amoroso (1969): *O jornalismo como gênero literário*. Rio de Janeiro: Agir.
Lima, Edvaldo Pereira (2009): *Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura*. Barueri: Manole.
Lima Cruz, M. Augusta (1993): *Diogo do Couto e a Década 8.ª da Ásia*, edição crítica, 2 vols. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
Melo, José Marques de (2006): *Teoria do jornalismo: Identidades brasileiras*. São Paulo: Paulus.
Olinto, Antonio (1970): *Jornalismo e literatura*. Rio de Janeiro: Tecnoprint.
Resende, Fernando (2002): *Textuações: Ficção e fato no Novo Jornalismo de Tom Wolfe*. São Paulo: Annablume Fapesp.
Rossi, Clóvis (1980): *O que é jornalismo*. São Paulo: Brasiliense.
Silva, Juremir Machado (2010): *O que pesquisar quer dizer*. Porto Alegre: Sulina.
Sousa, Jorge Pedro (2013): *Jornalismo em Portugal no alvorecer da modernidade*. Porto: MediaXXI.
Traquina, Nelson (2005): *Teorias do Jornalismo: Por que as notícias são como são*. Florianópolis: Insular.